

EDUCAR NÃO É PRECISO

Francisco Verardi Bocca

“Quando uma aldeia se transforma numa cidade, ou uma criança num homem, a aldeia e a criança ficam perdidas na cidade e no homem.” (Freud, p.294, vol.XIV)

Em sua obra *“Esboço de Psicanálise”*, de 1938, a penúltima de sua vasta produção bibliográfica, Freud, dissertando sobre as características do SUPEREGO, que corresponde à terceira instância do aparelho psíquico, brinda-nos ao afirmar que este “ao longo do desenvolvimento do indivíduo, recebe contribuições de sucessores e substitutos posteriores aos pais, tais como os professores e modelos, na vida pública, de ideais sociais admirados” (p.171).

Uma tal perspectiva situa a função do professor, que mais oportunamente será chamado educador, no interior de uma série pedagógica que se instala com o nascimento e não cessa senão com a morte.

Pensado por um lado, a importância do educador estaria diluída, dada a extensão da série bem como o número elevado de elementos e fatores que nela atuam. Por outro, tem sua importância enormemente realçada, pois aquele que assume um processo em andamento, lida com características do educando impossíveis de serem ignoradas em sua estratégia de atuação. A partir desta perspectiva percebemos que a função do educador é a de conectar o passado do educando a um futuro que o habilite à adaptação e à sobrevivência na sociedade, seja pela via da transmissão de conteúdos, do proporcionar modelos e ideais sociais admiráveis, de tudo isto junto e muito mais. Esta realidade, sem dúvida, conduz o educador a uma reavaliação de sua postura, muitas vezes observável, de mero transmissor de conteúdos especializados em detrimento de sua tarefa civilizatória, que é indiscutivelmente mais abrangente.

Para melhor compreendermos a formação psíquica, antes de tudo a nossa, e em especial a do educando que devemos acolher, remeter-nos-emos à parte I, cap. I, da obra supra mencionada, que recebe o nome de *O aparelho psíquico*. Nela aprendemos, e aqui faremos apenas uma breve menção deixando o aprofundamento para o leitor interessado, que pelo estudo individual do desenvolvimento humano, Freud refere-se ao aparelho psíquico como dotado de três instâncias: Id, Ego e Superego. Estas podem ser melhor compreendidas pela leitura de *“O Ego e o Id”*, de 1923.

Por ora, sucintamente diremos que o Id corresponde, na qualidade de mais primitiva área de ação psíquica, à hereditariedade, além das inserções inconscientes a partir do recalque originário que de longa data remete ao nascimento e atua na constituição do psiquismo. Claro que estamos falando não só, mas, principalmente de pulsões sexuais, das quais só conhecemos as representações. Além disso há que se destacar sua incomunicabilidade em relação ao mundo externo.

Para efeito de prosseguimento reconheçamos com Freud que originalmente, com efeito, tudo era Id; o Ego desenvolveu-se a partir dele, através da influência contínua do mundo externo. Em termos anatômicos equivale dizer que o Ego desenvolveu-se a partir da camada cortical do Id, que por sua posição em relação com o mundo externo, permitiu ao Ego uma ação seletiva, recepção ou rejeição, quanto aos estímulos externos.

A esta altura não fica difícil reconhecer a função do Ego, que é a de combater em duas frentes; ele tem de defender sua existência contra um mundo externo que o ameaça com a aniquilação, assim como contra um mundo interno que lhe faz exigências excessivas.

Sem a segurança de uma relação causal necessária, admitamos que pelo fato de sua exclusão do mundo externo, o Id obedece apenas ao “princípio do prazer”, cujo interesse é a obtenção de satisfação pulsional. Por se lhe opor, como agência censora, o Ego deve decidir pela pertinência de tais exigências, na prática, por sua satisfação, adiamento, controle, ou se for o caso, recalque. Ao atuar assim, age em nome do segundo princípio de funcionamento mental, o “princípio de realidade”. Após estas menções podemos arriscar um argumento conclusivo da Psicanálise, de que o Id é voltado unicamente para a obtenção de prazer, enquanto o Ego é governado por considerações de segurança.

Agora podemos dizer que com a introdução deste segundo princípio, não mais só o agradável, mas o real passou a se apresentar à mente, impondo a renúncia aos apelos do Id. Daí por diante, parece-nos, as considerações de segurança passam a promover o que em termos ideais seria a conquista do princípio do prazer efetuada pelo da realidade, embate que é travado toda vez que o Ego se depara com as exigências pulsionais do Id.

O campo psíquico já estaria definido não fosse o fato de que o longo período de infância, marcado pela relação de dependência em relação aos pais, deixou impresso no Ego um precipitado de prescrições morais que constituem o que Freud chamou de Ideal do Ego ou Superego. Trata-se de um terceiro agente que é alimentado pela relação da criança com outras pessoas, com os pais em especial. Freud situou sua constituição como coincidindo com a dissolução do Complexo de Édipo, por volta dos cinco ou seis anos, cujas prescrições limitam satisfações especialmente derivadas da relação edipiana; o amor à mãe e o ódio ao pai, no caso de meninos. Desta forma, o Superego prolonga a influência parental impondo ao Ego os valores e ideais adquiridos nesta fase.

Podemos agora destacar a função do Ego como sendo a de dar conta de três exigências: da realidade, do Id e do Superego. A administração deste conflito ou tensão que não cessa fica assim caudatária da conquista do princípio do prazer pelo da realidade. Contudo, a

substituição de um princípio pelo outro não implica a deposição do primeiro; só podemos modificá-lo, nunca suprimi-lo ou anulá-lo, pois falando rigorosamente, não existe a possibilidade de erradicação do mal, isto é, dos impulsos que a sociedade condena como maus, a saber, os egoísticos e cruéis, que são de natureza primitiva. Sua inibição ou superação é o que cabe a toda tarefa civilizatória, numa tentativa de transformar egoísmo em altruísmo e crueldade em piedade.

Além disso, quando se atenta para este pretendido controle de um princípio por outro, compreendemos que ele não se realiza nunca de maneira instantânea ou imediata, tampouco de maneira precisa, mas como um processo lento que deve indispensavelmente ser iniciado já no berço, na amamentação por exemplo, e prolongar-se por toda a vida. É nesta brecha que Freud pôde afirmar, já em 1911, que “a educação pode ser descrita, sem mais, como um incentivo à conquista do princípio de prazer e à sua substituição pelo princípio de realidade, isto é, ela procura auxiliar o processo de desenvolvimento que afeta o Ego” (p.283 de *Formulações sobre os dois princípios de funcionamento da mente*).

Nestes termos, a conquista de um princípio pelo outro aponta para a própria possibilidade da sobrevivência humana, já que nos poupa de atitudes desastrosas, permitindo-nos em troca gozar de outras satisfações substitutas. Assim é que podemos entender como a educação e o próprio convívio social choca-se no mais das vezes com nossos interesses pessoais. É aí que o trabalho educativo tem a tarefa de alçar o educando a um plano alto de moralidade, já que este não pode atingi-lo pelo nascimento.

Estamos assim reconhecendo que sofrer um processo educativo é ser conduzido à tentativa de erradicar tendências humanas más presentes em cada um. Diz Freud que, “somente sob a influência da educação e de um ambiente civilizado pode-se substituir más tendências por boas” (p.290, *Reflexões sobre os tempos de guerra e paz*). A tarefa da educação, como da Psicanálise, fica sendo a de promover a renúncia a uma dose imediata e diretamente atingível de prazer egoísta.

Ainda na ampliação da lista dos agentes envolvidos no processo civilizatório, Freud nos mostra que “até mesmo a religião é obrigada a apoiar sua exigência de que o prazer terreno seja posto de lado prometendo proporcionar em seu lugar uma quantidade incomparavelmente maior de prazer superior no outro mundo” (p.326, *Alguns tipos de caráter encontrados no trabalho psicanalítico*). Só assim é que se pode pedir ou propor que alguém avance do princípio do prazer para o de realidade, pelo qual o ser humano maduro se distingue de uma criança.

A educação é assim entendida como um dos fatores externos que representa as reivindicações do ambiente cultural, de onde se pode avaliar o custo civilizatório que é cobrado aos civilizados, uma incessante supressão e renúncia pulsional, cujo efeito é uma tensão que se mostra nos fenômenos de reação e compensação. Isto nos permite avaliar a capacidade de sobrevivência do conflito bem como a dimensão de

sua administração. Nesta ótica podemos dizer que o primitivo é também o imperecível.

Pelas limitações deste espaço, ater-nos-emos ao que foi anunciado em suas primeiras linhas, quando o professor foi mencionado como um continuador ou reforçador dos ditames do superego que incluem a personalidade dos pais em conjunto com valores transmitidos por estes, além das exigências e interesses sociais em contrariar as satisfações das pulsões sádicas como a tendência ao assassinato, incesto e canibalismo, proscritos por leis morais, cujo apelo é pela convivência pacífica, tolerância do outro, respeito mútuo e amor ao próximo.

Lembremos que tais exigências, ao mesmo tempo que são úteis ao propósito de sobrevivência do sujeito e da espécie, são também custosos ao indivíduo que, por isso, viverá um angustiante processo de reconciliação com a sociedade que lhe impõe renúncia constante, sob pena de ao não agir assim, funcionar como instrumento possibilitador das pulsões destrutivas e dos interesses sádicos e egoístas.

Chegamos talvez ao ponto de maior interesse deste artigo, o de incitar a investigação sobre como deve atuar um educador no interior de uma cadeia pedagógica pela qual passamos desde o nascimento, como a anunciada até aqui, na medida em que, na qualidade de continuador ou reforçador das virtudes sociais, este depara-se com educandos provenientes de uma sociedade que, digamos contemporaneamente, cultua o desprezo pelo controle do princípio de prazer, proporcionando aos seus membros uma experiência de pura exposição pulsional. Esta realidade é observada como refletida no comportamento dos estudantes, com conseqüências ameaçadoras não só em relação aos fatores de ensino e aprendizagem, mas sobretudo quanto ao trato social, que se desconstrói a olhos vistos.

O interesse deste artigo é o de apontar para a circunstância que se depara o educador, sobretudo em séries ou ciclos iniciais, cuja clientela se apresenta, esperamos não estar recaindo em análises exageradas, sem portar um superego estruturado, a partir do qual o educador poderia impulsionar o processo educativo. Processo este que seria colocado como auxílio ao ego em sua tarefa de “administrar” este delicado mecanismo que foi chamado por Freud de aparelho psíquico, sem o qual não há equilíbrio mental nem inserção social saudável.

Ficamos assim com questões relativas à medida de nossa atuação em relação a uma geração que vem alimentada pelo princípio (do prazer) que não pode levá-la senão ao desapontamento. Com isso devemos admitir que educar não é de forma alguma uma tarefa de precisão, mas uma tal que não se pode furta, hoje, mais do que nunca.

Francisco Verardi Bocca é professor de filosofia, doutorando no IFCH/UNICAMP.
E-mail: fob@zipmail.com.br